



## **A NEGAÇÃO DO BRASIL: ESTEREOTIPAGEM E IDENTIDADE NEGRA<sup>1</sup>**

### **THE NEGATION OF BRAZIL: STEREOTYPING AND BLACK IDENTITY**

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814022018117>

Alice de Carvalho Lino Lecci  
Universidade Federal de Mato Grosso  
[alice.lino@yahoo.com.br](mailto:alice.lino@yahoo.com.br)

Luiz Augusto Passos  
Universidade Federal de Mato Grosso  
[passospassos@gmail.com](mailto:passospassos@gmail.com)

#### **RESUMO**

Nesse artigo, apresenta-se uma crítica ao documentário “A Negação do Brasil” (2000) de Joel Zito Araújo, que é decorrente de uma pesquisa realizada pelo próprio Joel sobre os papéis atribuídos às negras e negros nas telenovelas brasileiras, durante o período de 1963 a 1997. Na crítica em questão, há o propósito de compreender se as ações das emissoras de televisão, escritores, diretores das telenovelas e dos atores e atrizes afirmam ou não uma postura discriminatória com relação às pessoas negras na sociedade brasileira. Para tanto, utilizamos o conceito de estereotipagem pensado sob a perspectiva de Stuart Hall, e o da identidade negra, conforme discutido por Kabengele Munanga. Por fim, verifica-se o quão é recorrente a veiculação de estereótipos de negras e negros nas telenovelas brasileiras e conclui-se que esses favorecem o cultivo do preconceito no imaginário da sociedade, podendo, então, desencadear ações discriminatórias. A não representação das pessoas negras nas telenovelas brasileiras, em todas as possibilidades coerentes às diversas identidades existentes, exclui simbolicamente as mesmas da sociedade, visto que os estereótipos determinam limites para as ações e acabam estabelecendo padrões tidos como naturais, normais e aceitáveis.

**Palavras-chave:** Cinema. Crítica. Racismo. Estereótipo. Identidade.

#### **ABSTRACT**

In this article, is presented a critique of Joel Zito Araújo's documentary "The Negation of Brazil" (2000), which is a result of a research accomplished by Joel himself on the roles attributed to black people in Brazilian soap operas during the period 1963 to 1997. In this critique, there is the purpose of understanding whether the actions of television broadcasters, writers, directors of soap operas, actors and actresses affirm or not a discriminatory attitude towards black people in Brazilian society. For that, we use the concept of stereotyping from the perspective of Stuart Hall, and the concept of black identity, as discussed by Kabengele Munanga. Finally, we can see how the use of black people stereotypes in Brazilian soap operas is recurrent, and we conclude that these stereotypes reinforce the preconception in the society's imaginary and can then initiate discriminatory actions. The non-

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa foi realizada como parte do estágio de pós-doutorado no PPGE/UFMT, financiado pela Capes.



representation of black people in Brazilian soap operas, in all possibilities according with the various personalities that exist, symbolically excludes them from society, because stereotypes determine limits for actions and establish standards considered as natural, normal and acceptable.

**Keywords:** Cinema. Critical. Racism. Stereotype. Identity

## 1 INTRODUÇÃO

De início, destacaria o caráter crítico e biográfico do documentário “A Negação do Brasil<sup>2</sup>”, pois Joel narra primeiramente o seu próprio encantamento e o dos moradores da sua terra natal, ainda no final de sua infância, com a televisão e a novela. E prossegue comentando a própria percepção sobre as mesmas, em especial, sobre a presença e formas de participação dos afrodescendentes nas telenovelas. Ao expor o material cuidadosamente selecionado em uma pesquisa prévia, apresenta críticas mediante narrações, com o propósito de sustentar a existência do preconceito racial na concepção das telenovelas brasileiras. Como exemplo, escuta-se na voz do próprio Joel, a sua interpretação sobre o desfecho da carreira da atriz Isaura Bruno. Ela teria sido a primeira protagonista negra da telenovela brasileira com reconhecido sucesso de audiência em “O Direito de Nascer” (1964/65), contudo morreria “pobre e como uma desconhecida, vendendo doces na Praça da Sé em São Paulo”, no ano de 1977. Nesse caso, em especial, para Joel, o ideário da “Democracia Racial” e o “desejo do branqueamento”, não permitiriam que o público percebesse sequer o desaparecimento de Isaura.

Esse comentário reconstitui de algum modo o imaginário da população da época. Como se sabe, a partir de 1940, intelectuais como Arthur Ramos, Gilberto Freire e Roger Bastide teriam escritos no meio acadêmico e na mídia acerca da suposta “Democracia Racial” existente nas relações sociais no Brasil e destacavam positivamente a síntese das culturas afrodescendentes, indígenas e europeias. Nesses termos, estaria resolvido “o problema negro” (Cf. ARAÚJO, 2006), como afirmaria Oliveira Vianna, que compreendia o branqueamento da população brasileira como o progresso da nação. No meio acadêmico internacional, precisamente em 1952, em pesquisa patrocinada pela UNESCO intitulada *Race and Class in Rural Brasil* (Cf. GUIMARÃES, 2002), Charles Wagley sustentaria o ideal de “Democracia racial” através de um controle do preconceito e da discriminação racial supostamente perceptível na sociedade brasileira.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrrR2jgSf9M>> Acesso em: 24/08/2017.



Segundo o próprio Joel, em acordo com Florestan Fernandes, o mito da “Democracia Racial” nasce amparado na concepção de mestiçagem, ou seja, por meio da

ideia de que nessa terra se criava uma nação com uma nova raça, os brasileiros, frutos de um hibridismo em que prevaleceria a homogeneidade racial e cultural, que deixaria para trás, de forma completamente superada, a divisão racial de nossa formação [...]. No entanto, apesar de sempre valorizada e celebrada nos discursos do Estado, da intelectualidade e na literatura, a miscigenação nunca deixou de ser vista como um estado de passagem das “raças inferiores” para a raça superior branca (ARAÚJO, 2006, p.76).

Conforme Fernandes, a miscigenação não determinaria a ascensão social dos mestiços tampouco a equidade entre as “raças” que constituíam a sociedade brasileira. De outro modo, prevaleceria “a hegemonia da ‘raça dominante’ – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista” (FERNANDES, 2007, p.44). Tratava-se, portanto, de fazer com que os negros se identificassem e se representassem mediante os “interesses e valores sociais” da classe dominante branca. Assim, seria difundida “a imagem do ‘negro de alma branca’ – o protótipo do *negro leal* e devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente” (*Ibidem*, p.45).

A negra de alma branca teria sido representada pela atriz Jacira Silva, no papel da empregada doméstica Maria Clara, na novela *Antônio Maria* (1968-1969). Nessa, haveria um relacionamento de afeto entre Maria Clara e seus patrões, visto que os mesmos demonstravam certo respeito por ela. Nas palavras de Maria Clara: “aqui eu sou tratada como gente”. Nesses termos, pretendia-se romper com o estereótipo dos maus tratos e da zombaria entre as empregadas domésticas e seus patrões recorrentes nas representações da época. Contudo, ainda assim o texto se mostraria inapropriado para tal e acabaria por sustentar o preconceito racial. Segue-se o trecho de uma pretensa declaração de amor: “Eu também amo a Maria Clara, que importa que ela seja de cor, se a alma dela é branca e pura. É só isso que interessa”. Trata-se aqui do interesse do outro respondido pela subserviência e serventia a ele. O curioso é que o diretor e autor Geraldo Vietri acreditava que mediante a personagem suscitaria



mudanças na mentalidade das patroas e patrões no Brasil. Pergunto-me, então, que tipo de mudanças seria possível se o texto é notoriamente preconceituoso.

A empregada Zita do Amaral, encenada por Lizette Negreiros, também se destacaria em *Como salvar o meu casamento* (1979-1980). O documentário enfoca a cena que ela se revelaria como cantora no Programa do Raul Gil, contudo, apesar de demonstrar habilidades como tal, ela atribui a coragem de estar ali aos incentivos de sua patroa e os jurados ao invés de elogiá-la, elogiam e dirigem-se à patroa. O texto novamente se mostra inapropriado, na medida em que sustenta a submissão da personagem negra à branca e o mérito da cantora acaba sendo dividido com a empregadora. O desfecho de Zita se assemelharia na vida real ao da cantora Elza Soares, que também teria trabalhado como empregada doméstica e se apresentado em um show de calouros, no caso, em especial, no programa de Ary Barroso na Rádio Tupi.

De acordo com o documentário *A Negação do Brasil*, os estereótipos das mulheres negras concentram-se nos papéis das empregadas domésticas: “criadas cômicas e alcoviteiras”, por vezes, “mentirosas e maliciosas”, além da figura da mãe preta: mulheres gordas, maternais, “dominadoras e orgulhosas”. Os estereótipos dos homens negros, por sua vez, seriam representados pelos jagunços, guarda-costas e capatazes. Vale mencionar, nesse contexto, o depoimento de Tony Tornado, que afirmaria o quão comum eram os papéis de guarda-costas atribuídos a ele. De todo modo, o ator se porta com humildade e grandeza ao dizer da dignidade de todo papel. Nessa passagem, inclusive, menciona uma afirmação de Grande Otelo dirigida a ele, a saber, “Não tem papel pequeno”. É digno de nota que Tony Tornado e Grande Otelo eram atores militantes tanto partidariamente, quanto no Movimento Negro.

Para Léa Garcia, independentemente de ser o papel de uma empregada doméstica ou de uma escrava, a personagem tinha que ter conteúdo, ou seja, deveria ser dona de si, dona da própria ação. O posicionamento assumido pelos atores e atrizes afrodescendentes, quando lhes são ofertados papéis de subalternidade e obediência, pode ser compreendido como um ato de resistência. Muitos artistas,



o fizeram apostando no próprio talento e na sua capacidade de transformar, a partir de sua interpretação, um personagem ruim em um personagem que emociona e rouba a cena. Esse comportamento, aliás, reflete uma postura constante dos afro-brasileiros em um contexto de disputa, em que preconceitos e estereótipos raciais estão sendo utilizados contra eles. A aparente submissão esconde, por trás de si, um processo no qual os afro-brasileiros se apropriam daquilo que lhes está sendo imposto, ressignificando-o a partir de seus próprios referenciais e competências. Assim, como resultado desse processo, o que foi inicialmente imposto ressurge reelaborado e destituído de seu caráter negativo (SANTOS, 2009, p. 55).

No entanto, o talento não seria suficiente para que se ampliasse a oportunidade de atuação das atrizes e atores afrodescendentes. A atriz Zezé Motta, por exemplo, logo após ter se destacado na atuação do filme *Chica da Silva*, tanto no Brasil quanto no exterior, receberia novamente a oferta para a encenação de uma empregada doméstica em uma minissérie da Globo. Dessa vez, ela negaria a oferta, visto que estaria interpretando na televisão por muito tempo somente papéis como esses. Em seguida, o diretor Zimbinsk, da minissérie em questão, lhe telefonaria com o intuito de fazê-la aceitar o papel, mas ela manteria a recusa. O diretor, então, alegaria que se ela negasse o papel, nunca faria mais nada na televisão. Nesse caso, caberia a Zezé se conformar diante da ameaça.

As oportunidades das negras e negros se desenvolverem profissionalmente como atrizes e atores ficam restritas a esses papéis de submissão. E o público não se inquieta com essas constantes representações, pelo contrário, o incômodo ocorre quando se pretende romper com a hierarquização das “raças” nesses veículos de comunicação. Na novela *Corpo a Corpo* (1984-1985), por exemplo, a atriz Zezé Motta, uma arquiteta, se relacionaria de forma amorosa com o galã branco Marcos Paulo. Durante a transmissão dessa novela, teria sido realizada uma pesquisa para que se compreendesse a percepção do público sobre o casal e as respostas foram extremamente violentas: houve o questionamento sobre a causa de o ator Marcos Paulo estar passando por essa humilhação, a descrença em uma relação de amor entre uma negra e um branco e até a repugnância diante das cenas de beijo. Nesses termos, o público televisivo não somente está de acordo com as práticas racistas inerentes às telenovelas brasileiras, mas se inquietam com representações que procuram uma ruptura com o recurso da estereotipagem. Aqui vale mencionar também o final da novela *Roque Santeiro* (1985-1986). Nesse, segundo Dias Gomes, quem teria escrito a novela, a viúva Porcina deveria terminar



com o seu capataz Rodésio, interpretado por Tony Tornado. Esse final teria sido, inclusive, gravado, mas não foi ao ar.

Conforme verificado nas telenovelas brasileiras, os estereótipos são capazes de reduzir “as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p.190). De acordo com Stuart Hall, as características que configuram os estereótipos são “vivas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” (*Ibidem*, p.191). E embora sempre busquemos compreender as pessoas mediante tipos, que, por sua vez, determinam predileções pessoais, profissão, “classe, sexo, grupo etário, nacionalidade” (*Ibidem*), orientação sexual, entre outros, o danoso da representação mediante o estereótipo é que as pessoas são reduzidas a traços simples, compreendidos enquanto relevantes, que posteriormente serão exagerados.

Logo, pode-se argumentar que “a estereotipagem reduz, *essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’*” (*Ibidem*). Essa prática nomeia a suposta normalidade e acaba por excluir simbolicamente os outros, que ultrapassam os limites desse padrão. Nesse sentido, o diferente, o desajustado, o “fora do lugar”, o ignóbil deve ser eliminado para que se mantenha o ideal de uma cultura desejada. O ignóbil nesse âmbito é compreendido enquanto toda criatura viva portadora de diversidade, quer seja de sentimento, de comportamento, sendo que tal determinação serve também de estratégia para a liquidação da ação inovadora.

Ainda de acordo com Hall, a estereotipagem comumente ocorre quando não há igualdade nas relações de poder de uma sociedade e julga-se mediante a perspectiva etnocêntrica o grupo compreendido enquanto inferior, submisso, ou seja, verifica-se o julgamento sobre o outro, na tentativa de se estabelecer uma hierarquia, sendo que a superioridade cabe ao juiz, às suas normas e condutas. Há nesse julgamento a pretensão de “moldar toda a sociedade de acordo com sua própria visão de mundo, sistemas de valores, sensibilidades e ideologia. Essa concepção de mundo está tão clara para esses grupos, que fazem com que ela pareça [...] ‘natural’ e inevitável” (DYER, 1977, p.30 *apud* HALL, 2016, p.193). Nesses termos, opera a dominação simbólica hegemônica, que considera o negro como o ser de “natureza” indômita, perigosa, traiçoeira que deve ser domesticado.



E é justamente tal dominação, que aqui está sendo discutida no que se refere às telenovelas brasileiras, pois mesmo quando o protagonismo deveria ser incontestavelmente de atrizes e atores negros(as), como seria o caso da novela *Cabana do Pai Tomás* (1969-1970), da *Escrava Isaura* (1976-77) e *Gabriela* (1975) disparates acontecem. Na primeira, o protagonista contratado para encenar o papel do escravo Pai Tomás, foi o ator branco Sérgio Cardoso, que teria o seu rosto e o corpo pintados de preto e colocaria rolhas no nariz para alargá-los. Esse fato causou a indignação de Plínio Marcos, que “chegou a comandar uma série de manifestações de repúdio à decisão através da sua coluna diária *Navalha na Carne*, publicada no jornal *Última Hora* de São Paulo” (MEMÓRIA GLOBO). A fim de amenizar a questão junto ao público, Milton Gonçalves teria sido convidado a dar o seu consentimento acerca da contratação de Sérgio para o papel de um negro, em um programa na emissora Globo, que transmitia a novela, mas negou veementemente concordar com tal feito. E como resposta da emissora recebeu a ameaça de não continuar trabalhando na mesma. Aqui, é digno de nota outra ameaça dirigida agora a Zózimo Bulbul por Walter Clark, produtor da Globo, na época. Conforme relato de Zózimo em entrevista, ele foi convidado a compor o elenco dessa novela, contudo se negou a fazê-lo, pois seria um papel de escravo e Clark, então, teria lhe dito que ele nunca mais faria nada na televisão (Cf. BULBUL, 2011).

Haveria outro fato curioso relacionado ao preconceito e a discriminação racial na novela a *Cabana do Pai Tomás*, descrito pela atriz Ruth de Souza em *A Negação do Brasil*. Apesar do brilhantismo de Ruth e de seu talento comprovado pela indicação de melhor atriz para o Prêmio do Festival de Cinema de Veneza (1954), atrizes brancas teriam reclamado que seus nomes viriam abaixo do nome de Ruth, na abertura da novela. Sergio lhe perguntaria, então, se haveria algum problema em colocar o nome das atrizes brancas acima e ela humildemente não se importou. Não quis, evidentemente, comprometer a sua participação na novela.

Em a *Escrava Isaura*, a atriz contratada para representar a Isaura seria Lucélia Santos e o diretor Herbal Rossano não via nenhum problema em uma mulher branca encenando uma escrava. No documentário, ele afirmaria categoricamente que escolher uma atriz negra para o papel não seria uma questão importante, o que dá a entender que isso sequer foi pensando. A escolha de Lucélia seria guiada pela sua intuição, da qual ele aparentemente se orgulharia.



Além do mais, a trama não retrataria a resistência e a cultura negra em toda a sua complexidade, pois a perspectiva apresentada se constituía a partir da “Casa Grande”, ou seja, a história seria contada do ponto de vista dos brancos. Nesse sentido, a tão sonhada liberdade foi concedida aos escravos por meio da “generosidade” dos brancos.

Em *Gabriela*, a protagonista escolhida por Walter Avancini seria Sônia Braga, devido ao fato de, segundo argumentos do diretor, não existir nenhuma atriz negra suficientemente apta para interpretar o papel de Gabriela. Ele afirma, inclusive, que teria realizado testes com cerca de 80 mulheres e nenhuma estaria preparada para tal. Nesse momento, no documentário, não há narrativa crítica alguma, que poderia de algum modo contestar os argumentos apresentados pelo diretor. Em contraponto, irrompe a voz da atriz Maria Ceíça afirmando a possibilidade do protagonismo para as mulheres negras nas personagens de Jorge Amado, o que, de fato, não ocorreria em *Gabriela*.

Haveria outro fator que, conforme Avancini, também teria excluído os negros das telenovelas e esse seria o mesmo que afastaria os pobres e miseráveis da mesma, a saber, o fato desses grupos não serem considerados pelas emissoras interessantes do ponto de vista do marketing, ou seja, a representação de tais grupos poderia incomodar a classe média, público fiel de audiência das telenovelas brasileiras da década de 70 até começo dos 90 do século XX.

Avancini sustenta uma postura racista e uma suposta aversão da classe média às classes pobres, na tentativa de justificar a exclusão desses grupos das telenovelas brasileiras. Assim, funcionaria a lógica do mercado das telenovelas brasileiras e dessa forma, estaria legitimada a exclusão mediante os estereótipos, visto que determina a possibilidade de trabalho para as(os) afrodescendentes somente em papéis de subalternidade e obediência. Para esses papéis, compreendidos em um primeiro momento como menores, as negras e negros, estariam aptos. Seria como se dissessem: nesses papéis, eles estão no lugar que lhes cabem.

Todos eles, portanto, são obrigados a incorporar na televisão a humilhação social que sofrem os mestiços em uma sociedade orientada pela ideologia do branqueamento, em que a acentuação de traços negros ou indígenas significa a possibilidade de viver um eterno sentimento racial de inferioridade, e uma consciência difusa e contraditória de ser uma casta inferior que deve aceitar os lugares subalternos intermediários do mundo social (ARAÚJO, 2006, p.77).



Segundo dados do Ipea, o trabalho doméstico é a principal ocupação entre as mulheres negras, o que indicaria uma herança do sistema escravocrata. Na função de empregadas domésticas, as mulheres negras ainda têm as menores remunerações se comparadas às mulheres brancas, que, por sua vez, apresentam um maior nível de escolarização. No ano de 2014, somente cerca de um terço das empregadas domésticas possuíam carteira assinada, ou seja, acesso a direitos, tais como licença maternidade, licença médica, férias remuneradas, 13º salário ou aposentadoria. Dentro desse montante, as mulheres brancas com carteira assinada representam 33,5% enquanto as negras equivalem a 28,6%. As mulheres negras mantêm-se com a menor renda, nas diversas formas de trabalho existentes, quando comparadas ao rendimento médio dos homens negros e das mulheres e homens brancos, sendo que o seu rendimento médio, em 2014, equivale aproximadamente à R\$ 946 reais.

O percentual de trabalhadores inseridos em formas precárias de ocupação apresenta a mesma estrutura hierárquica que os estudos clássicos sobre estratificação social com base na renda apresentam: a mulher negra é a base do sistema remuneratório, sujeito preferencial das piores ocupações, convergência da tríplice opressão gênero, raça e classe. Nada menos que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%) (PINHEIRO; JUNIOR; FONTOURA, et al.2016,p.11-2).

Nessa direção, percebe-se a opressão sem tamanho dirigida a esse grupo étnico, pois ao se constatar a existência da discriminação racial nas relações sociais, a aparência física pode ser considerada um impedimento para a mobilidade social. Assim, a competição no mercado de trabalho não se pauta evidentemente no mérito, competência e na formação profissional, como se daria em termos ideais.

Sobre a relação de patrão e empregados domésticos merece destaque a novela *Pátria Minha* (1994-5), também apresentada no documentário aqui analisado. Nessa, o autor Gilberto Braga exhibe em diversas cenas o preconceito racial e de classe percebidos no empresário Raul Pelegrini, interpretado por Tarcísio Meira, dirigidos ao seu empregado Kennedy, encenado pelo ator negro Alexandre Morenno. Uma das cenas teria mobilizado



entidades negras a se posicionarem frente à representação estereotipada de Kennedy, por justamente, compreenderem que o posicionamento assumido pelo ator causaria danos à auto-estima dos afrodescendentes. Nessa cena, em especial, o empresário dirige-se a Kennedy de forma violenta e abusiva, pois desconfia que ele teria aberto o seu cofre. Kennedy, por sua vez, desrespeitaria a si próprio ao se manter submisso, acuado e em nenhum momento tentaria se impor de modo a procurar se defender dignamente. Após a exibição dessa cena, quatro entidades negras se mobilizam de modo a solicitar uma reparação da emissora Globo. A entidade negra Geledés de São Paulo, seria a primeira a se manifestar mediante uma notificação jurídica e as outras três se manifestaram por meio de cartas dirigidas a imprensa e a emissora, que se convenceu do quão justas eram as reivindicações. A tentativa de reparação dá-se, então, em uma cena entre Kennedy e a sua madrinha Zilá, a atriz Chica Xavier. Nessa conversa, Zilá pretende conscientizar seu afilhado acerca de aspectos positivos da sua ancestralidade e identidade, constantemente criticada e perseguida pela perspectiva eugenista representada, no caso, por Tarcísio Meira.

## **2 O CONTRAPONTO ENTRE O ESTEREÓTIPO E A IDENTIDADE NEGRA**

Stuart Hall (1999), em acordo com a teoria do inconsciente de Freud, afirma que a identidade se define pela sua incompletude e é construída ao longo da existência de um indivíduo. Não se trata, portanto, de uma determinação inata, acabada, fixa e estável, como se dá nas representações mediante os estereótipos, mas de uma busca constante pelo conhecimento de si mesmo, na tentativa de alcançar uma suposta plenitude.

Vale ressaltar que a partir de Freud o sujeito não é mais concebido enquanto uno e íntegro, na medida em que se encontra a mercê de forças e desejos, que não conhece, não controla e, desse modo, é impulsionado a agir e falar de uma forma tal em que não se reconhece. Embora, na perspectiva psicanalítica freudiana não se compreenda uma unidade definitiva do sujeito, a experiência do mesmo mostra-se singular (CUNHA, 2000).

Marcado pelas exigências da pulsão, o sujeito, ao longo da sua vida, estrutura o seu aparato psíquico, na forma de redes de representações e campos de investimento de um modo absolutamente particular. A cada ato



ou palavra de um sujeito corresponde uma trama de significados e uma carga de afetos que lhes são próprias e não têm correspondente exato em nenhum outro sujeito (CUNHA, 2000, p.224).

Os desejos plurais e mutáveis de cada um o distinguem dos outros. Nesse movimento, ainda sob concepção de Freud, tem que se levar em consideração que a representação da identidade passa pela esfera do inconsciente. “Uma das bases dessa afirmação é a consideração de que o que há de mais íntimo no nosso ser, e que certamente pode nos ligar a um outro ser, muitas vezes nos aparece como inquietante, como assustador, como estranho” (*Ibidem*, p.225)”, o que faz com que tentemos eliminar da nossa identidade o que nos causa certa estranheza.

Para Munanga<sup>3</sup>, no processo de construção da personalidade coletiva ou a identidade de um grupo se reconhece as diferenças existentes entre o próprio grupo e os outros, que podem ser compreendidas a partir de critérios objetivos e subjetivos. Os primeiros são definidos por aspectos culturais, linguísticos e históricos enquanto os demais são tidos como fatores psicológicos e referem-se à forma como o grupo se reconhece, representa-se ou ainda pelas maneiras como imaginam que são vistos pelos outros.

Consideram-se também a cor e as características físicas corporais como elementos fundamentais nesse processo. São, portanto, as relações de prazer ou desprazer que o sujeito estabelece com o próprio corpo que enunciará a sua identidade, pois negar o próprio corpo acarretará prejuízos psicológicos e sociais para qualquer um. De modo contrário, para a harmonia psíquica, é indispensável que o corpo seja sentido e pensado como “fonte de vida e prazer” (COSTA, 1990, p.6). Contudo, a ocorrência ininterrupta da violência racista pode resultar no aniquilamento do reconhecimento positivo da diferença do corpo negro, que passa a ser controlado pelo próprio sujeito e culmina na interiorização do “ideal de ego branco”. Nessa direção, ele torna-se

---

<sup>3</sup> Uma discussão introdutória acerca do conceito de identidade negra, sob a concepção de Kabengele Munanga, encontra-se em LINO, Alice de Carvalho. *Cinema: identidade negra e autonomia*. In: ANPED - XIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste Reunião Científica Regional, 2016, Brasília. ANPED - Anais do evento - GT21 - Educação e Relações Étnico Raciais.



obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não do seu equilíbrio psíquico (COSTA, 1990, p.3).

O negro sabe o quanto o branco se mostrou perverso e despótico ao criar modelos de opressão como “a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, o anti-semitismo, o nazismo, o stalinismo” (*Ibidem*, p.4) além da escravidão dos povos africanos, no entanto, o afrodescendente que não reconhece a sua história de resistência, a beleza da sua cultura e ancestralidade pode sucumbir à opressão e representar a si mesmo mediante o “fetiche do branco”. Assim, apesar de a identidade operar como “uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos, [...] visando à conservação do grupo como entidade distinta” (MUNANGA, 2009, p.13), pode ocorrer à manipulação da mesma por uma ideologia dominante, sendo que “essa manipulação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política” (*Ibidem*).

Os efeitos dessa alienação acarretam ao negro a negação de si mesmo, da própria identidade, visto que a violência permanente de tal dominação veicula somente às pessoas brancas aspectos de beleza, bondade, justiça, verdade, enfim, racionalidade, enquanto o negro representa nessa ideologia exatamente o contrário a essas características, ou seja, traços de bestialidade e feiúra. “O branco, a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, a civilização, em uma palavra a humanidade” (COSTA, 1990, p.5). O resultado dessa prática racista seria, então, a pretensão de branqueamento e de extinção do negro.

Agravaria essa situação a postura de brancos destituídos de autonomia ou dotados de uma “falsa consciência”, para utilizar o termo de Florestan Fernandes, que na prática se traduz em “um comportamento vacilante, dúbio e substancialmente tortuoso” (FERNANDES, 2007, p.42) no que diz respeito ao racismo. Esse perfil se recusa a discutir as causas e as formas de manifestação do preconceito e discriminação racial, sendo, por conseguinte, ignorante com relação aos prejuízos que a população negra sofre em uma sociedade estruturada pela dominação branca eurocêntrica, etnocêntrica e eugenista. Assim, o branco tende a absorver o



racismo, na medida em que não o admite como tal e tampouco o enfrenta. E segue criticando as lamentações dos negros e mulatos (C.f. *Ibidem*). Segundo Fernandes, o sujeito branco de “falsa consciência” procura com essas ações “esquecer o passado” escravagista lamentável e tende a

deixar que as coisas se resolvam por si mesmas. Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do “negro” e do “mulato”, a uma condenação à desigualdade racial com tudo o que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco (*Ibidem*, p.43).

Destaca-se nesse contexto o reposicionamento do Estado brasileiro mediante a promulgação da lei 10.639<sup>4</sup>, de 2003 que torna obrigatório no ensino fundamental e médio, o ensino da história e cultura afro-brasileira e enfatiza, no seu artigo primeiro, que o conteúdo programático deve incluir:

o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, **resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil** (BRASIL, 2003, grifo nosso).

A referida lei foi atualizada pela lei 11.645 de 2008, que torna igualmente obrigatório o ensino da história e cultura indígena no ensino fundamental e médio. Nota-se que a elaboração de uma lei nesses termos denuncia o quanto os currículos escolares estariam inadequados para a representação dos afrodescendentes e dos indígenas no que se refere às contribuições dos mesmos para erigir esse país. Ademais, também é negligenciada na historiografia nacional a resistência empreendida por esses grupos étnicos para a conquista de seus direitos enquanto cidadãos livres, além da valorização da sua cultura. Não caberia,

---

<sup>4</sup>Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.



portanto, uma discussão no âmbito dos estereótipos como comumente ocorre nos livros didáticos. De modo contrário, os discentes devem ter acesso a certa história que afirme positivamente a ancestralidade e a história tanto dos negros quanto dos indígenas. A história do Brasil não pode ser contada somente a partir da perspectiva eurocêntrica dos invasores, escravocratas, tidos como vencedores e heróis no nosso país.

A discussão no campo teórico sobre a identidade negra está relacionada com o conceito de *negritude*, discutido por Aimé Césaire (Antilhas), Léopold Sédar Senghor (África) e Léon Damas (Antilhas), entre outros, na década de 30 do século XX. Trata-se de um processo de conscientização, que passa pela aceitação dos atributos físicos e visa atingir as esferas mentais e morais. Essa reúne grupos inferiorizados, violentados no tocante a sua humanidade e procura transformar a solidariedade existente entre esses grupos na afirmação dos mesmos, no sentido de reabilitar seus valores culturais. O movimento da *negritude* pretende uma reconstrução positiva da identidade negra ao desvelar essa subjetividade não mais compreendida como um objeto ou mesmo passiva. Esses sujeitos agora conscientes da própria identidade, não somente recusariam a completa assimilação pela cultura etnocêntrica dominante, mas estariam aptos a reivindicar seus direitos em sociedade, colocando-se em uma luta constante.

O movimento da *negritude* já estaria representado, por exemplo, na resistência dos quilombolas no Brasil, na insurreição dos negros contra o sistema escravocrata no Haiti e na consolidação da sua independência (1804), na revolta da Balaiada (1838-1841) no Maranhão, na Cabanagem na província de Grão-Pará, que se referem atualmente os estados do estado do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, e mais recentemente em movimentos sociais e artísticos como a Frente Negra Brasileira, O Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado. No campo da literatura, dentre os expoentes da *negritude*, estão Luiz Gama, Lima Barreto, Solano Trindade, Oswald de Camargo, entre outros. No cinema, como representantes da *negritude* temos Zózimo Bulbul, Celso Prudente, Joel Zito Araújo, Ari Cândido, entre outros. A semelhança entre tais revoltas, vozes e olhares estaria na consciência acerca da opressão imposta pela classe dominante branca e a tentativa de se romper com essa ordem abusiva ao reivindicar melhorias para a própria existência. Os sentidos para a *negritude* estão, por conseguinte, relacionados ao pertencimento étnico-racial, à noção da existência de



uma coletividade, à tomada de consciência e às reivindicações da civilidade negra (Cf. BERND, 1984). Vale enfatizar que tanto o conceito de *negritude* quanto o de identidade negra estruturam-se primordialmente na ocorrência desumana das tentativas de aniquilar a cultura africana e afrodescendente ou mesmo no fato de considerá-las inexistentes (C.f MUNANGA, 2009).

A compreensão da identidade negra pode firmar combate ao racismo mediante a conscientização acerca da ancestralidade, da história e da cultura africana e afrodescendente. Reconhecer a si mesmo na sua ancestralidade configura auto-estima e segurança, o que justifica as tentativas dos colonizadores de afastar os escravos do seu grupo étnico de origem, para que a memória coletiva se perdesse e com ela a consciência da história passada (*Ibidem*). De acordo com Munanga, a consciência histórica mostra-se como um fator de maior relevância para a representação de um grupo social, pois “constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade” (MUNANGA, 2009, p.12). Os diferentes contextos socioculturais, nos quais essa população está inserida, determinarão distinções na constituição da identidade, a saber, as comunidades quilombolas se representam distintamente dos militantes do movimento negro, que se distinguem dos artistas negros, do meio acadêmico científico, das comunidades religiosas do candomblé, umbanda, católica, entre outras. Exemplifico: compreende-se que as comunidades religiosas do candomblé mantêm uma consciência histórica mediante a conservação e difusão da mitologia dos orixás, que, por sua vez, pode se ajustar à consciência acerca da opressão e a discriminação, que atinge indistintamente o afrodescendente, independentemente da sua crença. As comunidades que convivem no entorno dos terreiros de candomblé também mantêm viva uma linguagem de origem africana, utilizada nos ritos para comunicação entre os deuses e os homens.

Nesse contexto, a conscientização acerca da identidade negra mediante o acesso à história, cultura e ancestralidade dos afrodescendentes, narrada pelos mesmos, desconstrói os estereótipos e os limites determinados por tal representação. A insistência da televisão brasileira nesse tipo de representação demonstra seu descaso com a formação do povo brasileiro mediante uma educação antirracista. O estereótipo das negras e negros veiculados na mídia e no cinema favorecem o cultivo do preconceito no imaginário da sociedade e



podem, então, desencadear ações discriminatórias. Somente cidadãos conscientes sabem que representar a mulher negra como uma empregada doméstica, uma mulata fogosa ou evidenciar os aspectos de subserviência do negro não traduzem a complexidade da identidade afro-brasileira.

As críticas elaboradas por Joel Zito no documentário “A Negação do Brasil” sobre as representações estereotipadas nas telenovelas brasileiras se mantém operantes até a atualidade, haja vista o papel atribuído a atriz negra Dandara Mariana, na novela *A Força do Querer* (2017), de autoria da Glória Perez. Embora Dandara não representasse uma empregada doméstica, sua personagem Marilda se apresenta destituída de autonomia, na medida em que suas ações quase que exclusivamente pretendem acobertar as supostas irresponsabilidades de Ritinha, encenada pela atriz Isis Valverde, ou mesmo para alertá-la acerca dos possíveis problemas vindouros. Ademais Marilda não apresenta uma família negra, tampouco tem uma casa, um quarto, uma profissão, ambições próprias. Nessa novela, a sua existência realiza-se enquanto amiga fiel da protagonista, sendo que para a mesma dirige sua atenção e cuidados.

A não representação das(os) negras(os) nas telenovelas brasileiras, em todas as possibilidades coerentes às diversas identidades existentes, exclui simbolicamente os mesmos da sociedade, visto que os estereótipos determinam limites para as ações e acabam por estabelecer uma fronteira simbólica entre o “‘normal’ e o ‘pervertido’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’” (HALL, 2016, p.192). Desse modo, o grupo dos pervertidos, patológicos e inaceitáveis são excluídos pelos “sentimentos negativos” que as pessoas, tidas como “normais” lhes dirige. Em uma sociedade racista como a brasileira, o sentimento de exclusão pode ser entendido como compartilhado entre as diversas comunidades negras do país, que estão, portanto, apartados do acesso aos direitos e do exercício pleno da cidadania.

### 3 REFERÊNCIAS



ARAÚJO, J. Z. “A força de um desejo-a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual”. Revista USP, n. 69, p. 72-79, 2006.

BERND, Z. **A questão da Negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BULBUL, Z. “Entrevista com Zózimo Bulbul”. 3ª I. Luiz Carlos Azedo (entrevistador). Rio de Janeiro: TV Brasil, 21/07/2011. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_r7WqQSzghg&t=327s](https://www.youtube.com/watch?v=_r7WqQSzghg&t=327s)> Acesso em: 14/08/2017.

COSTA, J. F. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SOUZA, Neusa Santos. Torna-se negro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

CUNHA, E. L. **Uma interrogação psicanalítica das identidades**. Caderno CRH, v. 13, n. 33, 2000.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. **Democracia racial**. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editoria PUC Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

Memória Globo. **A Cabana do Pai Tomás**. Acesso em 9/08/2017. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/a-cabana-do-pai-tomas/curiosidades.htm>>.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

PINHEIRO, L. S.; JUNIOR, Antonio T. L.; FONTOURA, N. O.; SILVA, R. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. (2016). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160309\\_nt\\_24\\_mulher\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf)> Acesso em: 12/08/2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

SANTOS, F. G. **Filme- Documentário. “A Negação do Brasil**. Revista KAWÉ, Ilhéus, n. 3, 2009, p. 53-55.

#### **Referência cinematográfica:**

ARAÚJO, J. Z. **A NEGAÇÃO do Brasil** (Documentário). São Paulo, 2000, 1h 32min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrrR2jgSf9M>> Acesso em: 24/08/2017.



*Recebido em 15 de novembro de 2017  
Aprovado em 04 de março de 2018*